



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 12183 / 2023

Data 17 / 10 / 2023

Fis. 02 Rubrica *[assinatura]*

Ao Protocolo Geral do Município,

**PROCESSADO
NO SISTEMA**

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 12.529/2023, Pregão Presencial nº 056/2023.

Saquarema, 17 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

Sergio Bravo

Pregoeiro

Sergio Bravo
PREGOEIRO
MAT. 961081

Assunto: **RECURSO PREGÃO PRESENCIAL 56/2023 - BEMOBY**

De Chayanne Staub <contato@atsassessoria.com.br>

Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Data 17/10/2023 12:18



- RECURSO BEMOBY - SAQUAREMA PP 56_2023.pdf (~1.7 MB)

Boa tarde. Tudo bem?

Certa da tempestividade, segue em anexo Recurso Administrativo referente ao Pregão Presencial Nº 056/2023, da empresa BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 11.623.632/0001-28

Por gentileza, acusar recebimento.

Fico no aguardo.

Atenciosamente,

--



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA-RJ.

**REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO DO EDITAL DO PREGÃO
PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2023**

PROCESSO N.º 12.529/2023

A empresa **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA** inscrita sob CNPJ nº 11.623.632/0001-28, com sede na Rua Bernardo Guimarães, nº 560, sala 07, Bairro Fundinho, Uberlândia – MG, CEP 38.400-198 a partir do seu Sócio Proprietário Sr. Antônio Pedro Jardim de Freitas Borges, brasileiro, CPF nº 062.321.146-71, residente e domiciliado na Rua João Severiano Rodrigues da Cunha, nº 879, casa 32, Bairro Jardim Karaiba, Uberlândia - MG, vem, à presença dessa Douta Comissão de Licitação, Interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei n.º 10.520/02, C/C com o item 11.1 do Edital, e demais dispositivos legais

pertinentes à matéria, em face da decisão que inabilitou a mesma no Certame em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir:

I- DA TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para da Decisão Administrativa ora atacada se deu através da Ata Interna da Licitação, assinada em 11/10/2023. O prazo legal para a apresentação do presente recurso é de 03 (três) dias úteis, assim, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em 18/10/2023, considerando-se para fins de contagem do prazo que foi feriado no dia 12/10/2023 e ponto facultativo no dia 13/10/2023, iniciando-se assim o prazo somente em 16/10/2023 (segunda-feira), razão pela qual deve essa respeitável Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia de Saquarema- RJ, de conhecer e julgar a presente medida.

II - SÍNTESE FÁTICA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE SAQUAREMA-RJ, através do departamento de Licitação e contratos, lançou o Edital – Pregão Presencial para Registro de Preços, na modalidade pregão presencial, tombado sob o número 056/2023, nos autos do *Processo nº 12.529/2023*, objetivando o menor preço unitário e mais vantajosa para Contratação de empresa especializada ***“NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.”***.

A RECORRENTE, participou do certame em epígrafe, apresentando seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, bem como todas as

Declarações Complementares, conforme se extrai da ata da sessão ocorrida no dia 11/10/2023, apresentando e atendendo esta RECORRENTE a todos os requisitos do Edital.

Desta forma, verificamos com surpresa a decisão do Sr. Pregoeiro em Ata de Reunião Interna de Licitação (habilitação), atuou de maneira equivocada ao inabilitar esta RECORRENTE, pelos motivos e razões abaixo assinalados:

*“A empresa **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA** não apresentou certidão de habilitação do contador e o atestado não atende o exigido em edital...”*

Vale ainda ressaltar que, todos os atestados apresentados para cumprimentos das exigências de experiência técnicas, são infinitamente superiores e mais complexos dos serviços a serem executados objeto deste procedimento licitatório.

Desta forma, ao inabilitar esta RECORRENTE e ao dispensar de forma errônea a aplicação das regras legais e editalícia, inclusive, afrontando os princípios da igualdade e da vinculação ao instrumento licitatório, torna-se injusta a referida decisão.

Do mesmo modo, considerando ainda evidências de fundado receio de grave lesão ao interesse público e de risco de ineficácia da decisão de mérito.

III – DA DEFESA TÉCNICA

Cumprir informar, que a RECORRENTE apresentou corretamente todos os documentos exigidos pelo edital. Sendo claro que tão somente houve um equívoco desta Douta Comissão de Licitação, ao solicitar indevidamente a certidão de habilitação do contador.

É indevido e ilegal, pois analisando-se as regras dispostas nos artigos 62 a 70¹, fácil verificar o atendimento integral de todas as suas condições, bem como, relevante destacar, que não há menção da obrigatoriedade de apresentar a certidão de habilitação do contador na referida legislação.

Assim, a exigência de referida certidão, na esfera das contratações públicas, é ilegal, mesmo que prevista em regra própria do Conselho de Fiscalização Profissional. Até porque, não constante do elenco de documentos indicados nos artigos 62 a 70².

Há também vedação decorrente de decisão proferida pelo **Supremo Tribunal Federal, no RE 438142**, bem como no TCU, **Acórdão nº 2993/2009-Pleno, Acórdão nº 1447-21/2015-Pleno, Acórdão nº 56/2017.**

Para atendimento do item em questão, essa licitante ora recorrente apresentou, diversos outros atestados contemplando a execução de serviços de alta complexidade.

É na extrapolação dessas exigências, muitas vezes absurdas, que ocorre a Restrição ao caráter competitivo da licitação.

O Licitante deve ficar atento à publicação do edital, para ter tempo suficiente para analisar o edital e quando necessário, impugnar o edital que tenha restrição à competitividade, muito embora, esse tipo de restrição ocorra na hora do credenciamento e habilitação das empresas participantes.

Nesse sentido, temos jurisprudências do próprio TCU acerca da Restrição ao caráter competitivo da licitação:

¹ [L14133 \(planalto.gov.br\)](http://l14133.planalto.gov.br)

² [L14133 \(planalto.gov.br\)](http://l14133.planalto.gov.br)

Acórdão 1567/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Augusto Nardes)

Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de serviço, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório.

REPRESENTAÇÃO. PREFERÊNCIA INJUSTIFICADA DE MARCA. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO. ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA À INTERESSADA. ARQUIVAMENTO.

(TCU 02973720074, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 27/02/2008)

Assim, vale destacar também que os Tribunais Judiciais Nacionais, vem entendendo pelo **afastamento das Restrições ao caráter competitivo da licitação e exigências exacerbadas:**

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO PARA FORNECIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. CONSÓRCIO INFORMAL ENTRE PESSOAS JURÍDICAS PARA PARTICIPAR DO CERTAME. VINCULAÇÃO AO EDITAL. SEGURANÇA CONCEDIDA. ILEGALIDADE RECONHECIDA - A despeito da necessária observância do formalismo temperado, em prestígio à Lei 9.784/1999, pelo que **exigências exacerbadas não podem criar obstáculo ao próprio atingimento dos objetivos e princípios da Administração,** no caso concreto a empresa vencedora da licitação, valeu-se, para participar do certame, de requisitos que, de rigor, foram preenchidos por outra

pessoa jurídica - Os elementos de convicção, de fato, demonstram que na prática restou constituído consórcio, que era vedado pelo edital de convocação. Isso porque duas empresas, que apresentam coincidência no quadro societário, se reuniram para participar da licitação, já uma não tinha regularidade fiscal, enquanto a outra não tinha Usina própria, que consistia requisito para integrar a disputa - A assinatura em data posterior à deflagração do certame de contrato de comodato para uso da usina se prestou, assim, como medida para ladear os empecilhos constatados, de modo a viabilizar mediante consórcio informal a participação na licitação da empresa do grupo que tinha regularidade fiscal. (TRF-4 - AC: 50003024120194047206 SC 5000302-41.2019.4.04.7206, Relator: RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, Data de Julgamento: 09/12/2020, QUARTA TURMA) (grifo nosso)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. EXIGÊNCIA DE FORNECIMENTO/UTILIZAÇÃO DE CARTÕES ELETRÔNICOS MICRO-PROCESSADOS COM CHIP. **VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE.** AUSÊNCIA. PRECEDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. AGRAVO PROVIDO. I - Os atos administrativos que consagram os procedimentos licitatórios são passíveis de controle pelo Poder Judiciário. Quanto a estes, tanto a doutrina quanto a jurisprudência também entendem que as regras editalícias não são dotadas de caráter absoluto, de modo que as escolhas feitas pela Administração Pública podem ser objeto de apreciação judicial, a fim de que **sejam afastadas as exigências violadoras dos princípios gerais da licitação, bem assim aquelas que afrontem os atos normativos que regem a atividade administrativa na contratação de particulares.** II - A escolha da tecnologia de cartão magnético com chip, para utilização da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social em sua frota de veículos, permitindo o abastecimento e manutenção geral, não restringiu indevidamente a participação de interessados no certame. III - O Tribunal de Contas da União, em licitação promovida pela Câmara dos

Deputados, envolvendo os cartões com chip para abastecimento de veículos, concluiu pela regularidade da exigência, sem representar qualquer ofensa à competitividade da licitação (Acórdão nº 112/2013, publicado no informativo nº 138, Plenário do TCU). IV - Os princípios da igualdade entre os concorrentes e da ampla competitividade não são absolutos, devendo ser ponderados com outros princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado (REsp 1257886/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2011, DJe 11/11/2011). V - Agravo provido, de acordo com o parecer ministerial. (TJ-MA - AI: 0094712014 MA 0001770-87.2014.8.10.0000, Relator: MARCELO CARVALHO SILVA, Data de Julgamento: 03/06/2014, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 04/06/2014) (grifo nosso)

Desse modo, como **amplamente apresentado**, a recorrente apresentou todos os atestados pertinentes a execução satisfatória do contrato, sendo a certidão de habilitação do contador uma exigência exacerbada que viola o princípio da competitividade da administração pública.

Destacamos que, o objetivo desta recorrente quando vai em desfavor da decisão desta douta, nobre e ilibada comissão de licitação, somente exerce o seu direito para que tenha o julgamento de sua habilitação com base na legislação federal.

IV - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Ressalta-se que a fase de habilitação, em especial, a apresentação de atestados e declarações, serve para verificar se as concorrentes possuem experiência na execução do serviço contratado, com qualidade e eficiência.

No entanto, mesmo a Recorrente cumprindo claramente todo o requerido pelo edital, o Sr. Pregoeiro prolatou um julgamento de forma desarrazoada e extremamente equivocada, inabilitando a Recorrente.

O ordenamento jurídico pátrio, em especial, o artigo 37 da Carta da República de 1988, *in verbis*, impõe aos agentes públicos a obediência de princípios que devem conduzir a Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Dentre os fundamentos erguidos pela Carta Magna, ressalta-se o Princípio da Economicidade, que deriva do Princípio Constitucional da Eficiência e que nasce intrinsecamente relacionado com a noção de eficiência, ou seja, para ser eficiente, o Gestor Público deve mirar, também, em critérios econômicos, isto é, atender o interesse público observando a relação entre custo e benefício.

Desse modo, avaliam-se as decisões públicas sob o aspecto econômico.

Assim, fica clarividente que o Agente Público deve fundamentar suas decisões, igualmente, no princípio da economicidade, buscando atender ao interesse público, objetivando na relação do custo e benefício dos procedimentos manejados.

Desse modo, resta claro que a Recorrente atendeu todas as exigências do Edital. Assim, o Sr. Pregoeiro deve reconsiderar sua decisão, pois, a Licitante preenche todos os requisitos editalícios, sendo inabilitada ilegalmente, consubstanciada, pelo julgamento equivocado.

Do texto da Lei de Licitações, extrai-se que a Lei não requer como requisito a certidão de habilitação do contador que não é responsável técnico do contrato, eis que realizar o balanço patrimonial não é objeto de execução do

contrato deste edital, sendo, assim, uma exigência exacerbada e irrelevante, ferindo o princípio da competitividade.

Ressalta-se novamente, o contador não é figura de responsabilidade técnica para execução do contrato objeto do edital, logo, se torna impertinente a certidão de habitação do mesmo.

No caso específico, nota-se que a determinação legal é no sentido de que a comprovação de aptidão para o desempenho das atividades seja pertinente e compatível para o profissional responsável técnico que executará o serviço contratado, o que não é o caso, já que a Recorrente foi inabilitada devido a certidão de habilitação do contador que realizou os cálculos do patrimônio líquido da empresa, o que se é indiferente, já que o contador não é o responsável técnico do contrato ora discutido no certame.

Assim, inabilitar a recorrente por exigir uma certidão de habilitação do contador é restringir a competitividade da licitação, o que fere princípios e a boa-fé pública.

Nesse diapasão, já se manifestou o Tribunal de Contas da União:

Acórdão 1567/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Augusto Nardes)

Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de serviço, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório.

REPRESENTAÇÃO. PREFERÊNCIA INJUSTIFICADA DE MARCA. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO. ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA À INTERESSADA. ARQUIVAMENTO.

(TCU 02973720074, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 27/02/2008)

Ademais, de acordo com a jurisprudência do TCU, exigir atestados e certidões que não tem haver com o objeto central do edital configura restrição à competitividade.

Por fim, ao manejar o julgamento da Recorrente descumprindo todos os critérios editalícios e legais, o Sr. Pregoeiro afrontou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois, conforme se infere do mencionado julgamento, foram apresentadas e cumpridas todas as exigências do certame.

Diante o exposto, conclui-se que as irregularidades apontadas são meramente declaratórias sobre situações fáticas já atendidas quando da abertura do certame, e, portanto, devem ser sanadas pela Comissão Permanente de Licitação em nome da competitividade e busca da melhor proposta para a administração pública.

Outra vez, como restou comprovado, não há razão nem sentido da manutenção da decisão da inabilitação da Licitante recorrente.

V - CONCLUSÃO E PEDIDO

Manifestando, mais uma vez o grande interesse desta Empresa ora recorrente na execução do Objeto licitando, gozando de plenas condições técnicas em atender a todos os requisitos exigidos, em face de todo o exposto, requer-se seja o presente RECURSO ADMINISTRATIVO julgado

INTEGRALMENTE PROCEDENTE, com efeito, para que diante de todos os fatos narrados, requer-se:

Que seja revista e reformada a decisão a decisão exarada, mais precisamente que julgou como inabilitada no presente certame a sociedade empresária **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, visto que a **HABILITAÇÃO TÉCNICA** da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento público licitatório, vez que, conforme fartamente demonstrado, cumpriu dita licitante absolutamente com todas as exigências reguladas no referido instrumento convocatório.

Que até o julgamento do presente recurso, não sejam abertas as propostas de preços;

Que seja apreciado o efeito devolutivo presentes nos recursos administrativos, fazendo com que aprecie e reconheça o presente em todos os seus itens e, caso a decisão combatida não seja **RECONSIDERADA** por Vossa Senhoria, requer-se que o presente Recurso seja remetido a Autoridade Superior juntamente com os autos do processo administrativo.

Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento ao recurso para o fim de declarar a Recorrente habilitada no Processo Administrativo em questão.

Termo em que,

Pede e espera deferimento.

Uberlândia, MG, 16 de outubro de 2023.

ANTONIO PEDRO

JARDIM DE

FREITAS BORGES

06232114671

Assinado digitalmente por ANTONIO PEDRO
JARDIM DE FREITAS BORGES 06232114671
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=AC SOLUTI Múltipla,
vs. OU=25166612000100, ou=Videoconferencia,
ou=Certificado PE A1, cn=ANTONIO PEDRO
JARDIM DE FREITAS BORGES 06232114671
+ Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização:
Data: 2023.10.17 11:53:59

BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.



Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 17/10/2023 12:06:00 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.12

Versão do software(Validador de Documentos): 2.4.1

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: Recurso_BEMOBY v.f_final.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

a633b24aaeache0827f186dd0c30f619d76ce00f55ec4136fe32f09b0874b3a5

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 1

Quantidade de assinaturas ancoradas: 1

CN=ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS
BORGES:***321146**, OU=Certificado PF A1,
OU=Videoconferencia, OU=29186612000100, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS
BORGES:***321146**, OU=Certificado PF A1,
OU=Videoconferencia, OU=29186612000100, OU=AC SOLUTI
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.321.146-**



Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 17/10/2023 11:53:59 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS
BORGES:***321146**, OU=Certificado PF A1,
OU=Videoconferencia, OU=29186612000100, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SOLUTI Multipla v5, OU=AC SOLUTI v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 28/09/2023 12:14:00 BRT

Aprovado até: 27/09/2024 12:14:00 BRT

Expirado (LCR): false



CN=AC SOLUTI Multipla v5, OU=AC SOLUTI v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SOLUTI v5, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 05/02/2019 12:34:56 BRST

Aprovado até: 02/03/2029 08:58:59 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC SOLUTI v5, OU=Autoridade Certificadora Raiz
Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 29/06/2018 15:55:20 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:20 BRT

Expirado (LCR): false



CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

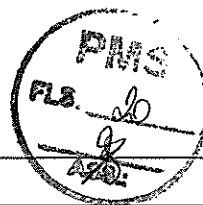
Atributos Opcionais



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo



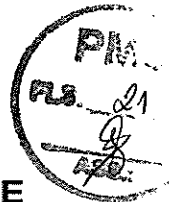
Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/371.695-0	MGP1900534265	21/08/2019

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
062.321.146-71	ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES





**ATO DE TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

EMPRESA: CROC SERVICES SOLUCOES DE INFORMATICA LTDA ME

CNPJ: 11.623.632/0001-28 **NIRE:** 31208727049

ENDEREÇO: RUA BERNARDO GUIMARAES Nº 560 SALA 07, BAIRRO FUNDINHO, UBERLÂNDIA-MG

EMENTA: 8ª "primeira" alteração contratual, tendo como finalidade, I) Permitir a retirada de sócio, bem como a cessão de quotas de forma onerosa; II) Alteração de Capital Social; III) Transformação em empresa individual de responsabilidade limitada; IV) Alteração de atividades econômicas; V) Alteração de nome empresarial

Os sócios, **ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES**, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Casado, regime de bens Comunhão Parcial, nº do CPF 062.321.146-71, documento de identidade MG10808092, SSP, MG, com domicílio a RUA JOAO SEVERIANO RODRIGUES DA CUNHA, número 879, CASA 32, bairro JARDIM KARAIBA, município UBERLANDIA - MINAS GERAIS, CEP 38.411-178 e **JANAINA DE SOUZA MENDES FREITAS**, brasileira, natural de Araguari-MG, casado em regime parcial de bens, nascido em 19/10/1981, empresaria, inscrito no CPF 053.951.596-57, documento de identidade MG11527711, SSP-MG, residente e domiciliado na RUA JOAO SEVERIANO RODRIGUES DA CUNHA, número 879, CASA 32, bairro JARDIM KARAIBA, município UBERLANDIA - MINAS GERAIS, CEP 38.411-17; únicos sócios da empresa **CROC SERVICES SOLUCOES DE INFORMATICA LTDA ME**, inscrita no CNPJ 11.623.632/0001-28 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE 31208727049; resolvem promover essa alteração contratual que se regerá em conformidade com as cláusulas a seguir:

1º) DA SAÍDA DE SÓCIO: Por não mais interessar em continuar na sociedade, retira-se o sócio **JANAINA DE SOUZA MENDES FREITAS**, ao qual vende suas quotas 200 (Duzentas) cotas de capital no valor de R\$ 200,00 (Duzentos Reais) ao sócio **ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES**, que neste ato assume a totalidade das cotas de capital da empresa, sendo as cotas de capital totalmente integralizadas em moeda corrente do país no ato da assinatura deste documento alterador.

2º) DA ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL EMPRESA: O capital social é de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), dividido em 20.000 (Vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma passa a partir desse momento a ser de R\$ 1.020.000,00 (Um Milhão e Vinte Mil Reais), dividido em 1.020.000 (Um Milhão e Vinte Mil) quotas



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600819812 em 23/08/2019 da Empresa BEMOBY SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI, Nire 31600819812 e protocolo 193716950 - 21/08/2019. Autenticação: 1FA1C681729CDC242860A22CA7B737B1D9AB029. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/371.695-0 e o código de segurança fVQo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/08/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

10/08/2019



de R\$ 1,00 (Um Real), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no ato, pelo titular.

3º) DA ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS: O objeto social que é prestação de serviços em desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e serviço de portais e provedores de distribuição online de conteúdo passa a ser a partir desse momento a ser prestação de serviço de portais e provedores de distribuição online de conteúdo, prestação de serviços em desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários, aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios, atividades de cobranças e informações cadastrais, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, consultoria em tecnologia da Informação.

4º) DA ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL: A sociedade girava sob a denominação social de **CROC SERVICES SOLUCOES DE INFORMATICA LTDA ME** passa a ser a partir desse momento **BEMOBY SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI**.

ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Casado, regime de bens Comunhão Parcial, nº do CPF 062.321.146-71, documento de identidade MG10808092, SSP, MG, com domicílio a RUA JOAO SEVERIANO RODRIGUES DA CUNHA, número 879, CASA 32, bairro JARDIM KARAIBA, município UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS, CEP 38.411-178, único sócio da sociedade **CROC SERVICES SOLUCOES DE INFORMATICA LTDA ME**, NIRE 31208727049, CNPJ 11.623.632/0001-28, com sede e domicílio na RUA BERNARDO GUIMARAES Nº 560 SALA 07, BAIRRO FUNDINHO, UBERLÂNDIA-MG, CEP 38.400-198 resolve transformar a sociedade limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A empresa adotará o nome empresarial de **BEMOBY SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI**.

Cláusula Segunda - O objeto será serviço de portais e provedores de distribuição online de conteúdo, prestação de serviços em desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários, aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios, atividades de cobranças e informações cadastrais, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, consultoria em tecnologia da informação.

Cláusula Terceira - A sede da empresa é na RUA BERNARDO GUIMARAES Nº 560 SALA 07, BAIRRO FUNDINHO, UBERLÂNDIA-MG, CEP 38.400-198.

Cláusula Quarta - A empresa iniciou suas atividades em 02/03/2010 e seu prazo de duração é indeterminado.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600819812 em 23/08/2019 da Empresa BEMOBY SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI, Nire 31600819812 e protocolo 193716950 - 21/08/2019. Autenticação: 1FA1C681729CDC242860A22CA7B737B1D9AB029. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/371.695-0 e o código de segurança fVQo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/08/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

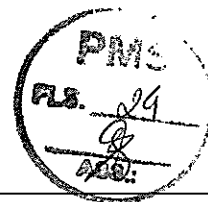
11/08/2019

110



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

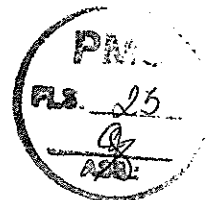
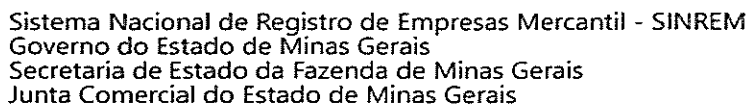


Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/371.695-0	MGP1900534265	21/08/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
062.321.146-71	ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES
053.951.596-57	JANAINA DE SOUZA MENDES FREITAS





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BEMOBY SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI, de nire 3160081981-2 e protocolado sob o número 19/371.695-0 em 21/08/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31600819812, em 23/08/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Raquel Vicente Coelho.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
062.321.146-71	ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
062.321.146-71	ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES
053.951.596-57	JANAINA DE SOUZA MENDES FREITAS

Belo Horizonte. Sexta-feira, 23 de Agosto de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

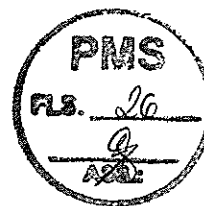
Certifico registro sob o nº 31600819812 em 23/08/2019 da Empresa BEMOBY SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI, Nire 31600819812 e protocolo 193716950 - 21/08/2019. Autenticação: 1FA1C681729CDC242860A22CA7B737B1D9AB029. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/371.695-0 e o código de segurança IVQo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/08/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

10/10/1958 7/18



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
523.047.366-53	RAQUEL VICENTE COELHO
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Sexta-feira, 23 de Agosto de 2019




Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600819812 em 23/08/2019 da Empresa BEMOBY SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI, Nire 31600819812 e protocolo 193716950 - 21/08/2019. Autenticação: 1FA1C681729CDC242860A22CA7B737B1D9AB029, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/371.695-0 e o código de segurança fVQo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/08/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

(assinatura) 22/08






REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2342018333

NOME ANTONIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES	
DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF MG10808092 SSP MG	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>CPF 062.321.146-71</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>DATA NASCIMENTO 25/05/1983</p> </div> </div>
<p>FILIAÇÃO</p> <p>ARISTIDES ANTONIO DE F BORGES</p> <p>SILVIA HELENA DE Q JARDIM BORGES</p>	
<p>PERMISSÃO</p> <p><input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> G <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> I <input type="checkbox"/> J <input type="checkbox"/> K <input type="checkbox"/> L <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> Q <input type="checkbox"/> R <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> T <input type="checkbox"/> U <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> W <input type="checkbox"/> X <input type="checkbox"/> Y <input type="checkbox"/> Z</p>	<p>ACC</p> <p><input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> G <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> I <input type="checkbox"/> J <input type="checkbox"/> K <input type="checkbox"/> L <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> O <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> Q <input type="checkbox"/> R <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> T <input type="checkbox"/> U <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> W <input type="checkbox"/> X <input type="checkbox"/> Y <input type="checkbox"/> Z</p>
<p>Nº REGISTRO</p> <p>02033982709</p>	<p>VALIDADE</p> <p>06/01/2032</p>
<p>1ª HABILITAÇÃO</p> <p>01/10/2001</p>	

2342018333

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

Antonio Pedro Jardim Borges

LOCAL

UBERLÂNDIA, MG

DATA EMISSÃO

08/01/2022

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

81056365494

MG609213245

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

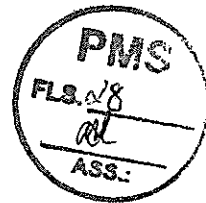
QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



RESPOSTA AO RECURSO INTERPOSTO

PROCESSO Nº 19183/23 DE 17/10/2023

PROCESSO DE ORIGEM Nº 12529/2023 – P.P. Nº 056/2023

DO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARA: BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.

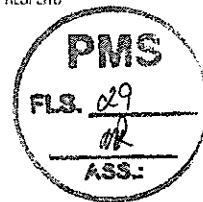
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA.

Trata-se de recurso administrativo, apresentado pela **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 11.623.632/0001-28, contra a decisão do Pregoeiro de **INABILITAR** no Pregão Presencial nº 056/2023, por **AUSÊNCIA** da Certidão de Habilitação do Contador e Atestado de Capacidade Técnica, incompatível com o objeto da licitação.

DA ADMISSIBILIDADE

Nós termos do **item 11 do Edital do Pregão Presencial nº 056/2023**. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja a síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso. **Item 11.2 do Edital**, o encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Saquarema, na Rua Coronel João Bravo Madureira, nº 77 – Centro -Saquarema – RJ ou encaminhado para o endereço eletrônico licitacao@saquarema.rj.gov.br, das 9:00h as 16:30 h, no horário oficial de Brasília-DF.

Com efeito, observa-se a tempestividade do pedido de recurso realizado pela empresa **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.**, no dia 17/10/2023, via e-mail, encaminhado ao Pregoeiro. Neste sentido, reconhecemos o requerimento feito pelo peticionante ao edital de licitação, ao qual passamos apreciar o mérito e nos posicionar.



I - DA SOLICITAÇÃO

A recorrente motivou a intenção nos seguintes termos, aduzindo que: A empresa apresentou corretamente todos os documentos exigidos pelo Edital e que a exigência da **Certidão de Habilitação do Contador**, é indevida e ilegal. Com relação ao **Atestado De Capacidade Técnica**, empresa informa que apresentou diversos atestado e contemplando a execução de serviços de alta complexidade. Que a comissão de licitação à desclassificou indevidamente.

II - DA APRECIÇÃO DO MÉRITO

Importante destacar a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual o **Pregoeiro** e suas ações ao julgamento objetivo de acordo com a regra estabelecida no Edital. A não apresentação da **Certidão de Habitação do Contador**, enseja a **Inabilitação**, regra preestabelecida no Edital, amplamente divulgado e não questionado pela Recorrente.

Ressalto, que o Edital de Licitação Pública é o elemento fundamental do procedimento licitatório. É o instrumento no qual a Administração irá formalizar as condições e exigências licitatórias. Cabe ao Pregoeiro segui-lo na íntegra! Vejamos:

10.1.3 Documento referente a Qualificação Econômico-Financeira

d) A comprovação de situação financeira será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez (**ILG**), Índices de Solvência Geral (**ISG**) e Índices de Liquidez Corrente (**ILC**), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrados no CRC, **acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme resolução CFC nº 1637/2021.**

A empresa alega que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados, superam o exigido no Edital. Em verdade, a empresa apresentou 4 atestados e nenhum deles apresentava informações que contemplasse, sequer o objeto do Edital

10.1.6 Documentação Técnica

10.1.6.1 O (s) Atestado (s) de capacidade técnico-operacional **deverão** comprovar que a licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços compatíveis com o objeto licitado em quantidade equivalente a **25% (vinte cinco por cento)** do quantitativo do item, até a data da abertura da sessão pública da licitação, o atestado deverá ser expedido por pessoa jurídica de



direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, **cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório.**

No início do certame o Pregoeiro infra-assinado, informou sobre a necessidade de a empresa comprovar possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou patrimônio líquido, igual ou superior a **5% (cinco por cento)** do valor total máximo estimado pela administração. As empresas que não possuísem este capital, deveriam informar o (s) item (s) de interesse, uma vez que o Patrimônio Líquido, só poderia ser verificado na habilitação.

A empresa **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.**, apresentou proposta para todos os itens, porém, possui **Capital Social de R\$ 1.020.000,00** e **Patrimônio Líquido de R\$ 1.400.464,76**, o que inviabiliza sua participação em todos os itens.

10.8 – Se o detentor da melhor proposta desatender as exigências previstas neste título “DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA”, será **INABILITADO** e o **PREGOEIRO** examinará as ofertas subsequentes e qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo o ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, concluo que os argumentos trazidos a lume pela Recorrente em sua peça recursal se mostraram insuficientes para conduzir-me à reforma da decisão atacada.

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.**, para, no **MÉRITO**, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-a **INABILITADA** no **Pregão nº 056/2023**. Em respeito, encaminho ao **Departamento Jurídico** para parecer.

Saquarema, 18 de outubro de 2023.

SÉRGIO MAGNO BRAVO MONTEIRO
PREGOEIRO – MAT. 961081

Sérgio Bravo
PREGOEIRO
MAT. 961081



PROCESSO Nº 19.183/23

FLS. 31 RUBRICA [assinatura]

Ref.: Recursos Administrativos.

Processos de Recursos nº 19183/23

Pregão Presencial: 056/2023

Processo de origem: 12529/2023

Recorrente: BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

Ilmo. Pregoeiro,

Trata-se de Recursos impetrados pela empresa **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, sob o número 19183/23 referente ao pregão presencial nº 056/2023 que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE DISPOSITIVO EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Cumprе destacar que não pretende a Administração infringir os princípios basilares que regem o Direito e a Lei de Licitações, e, muitas vezes, só há a possibilidade de se reconhecer determinados vícios processuais apenas nos casos de recurso, como no caso presente.

De acordo com o item 11 do edital do pregão presencial nº 056/2023, declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso. Item 11.2 do edital, o encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Saquarema ou encaminhado para o endereço eletrônico.

Observa-se que o recurso é tempestivo, devendo ser apreciado o mérito.

A empresa argumenta que apresentou diversos atestados e contemplando a execução de serviços de alta complexidade, e que a



PROCESSO Nº 19183/23

FLS. 32 RUBRICA CB

comissão de licitação à desclassificou indevidamente, e que os atestados de capacidade técnica apresentado, superam o exigido no Edital.

Acontece que na verdade, a empresa apresentou 4 atestados e nenhum deles apresentava informações que contemplasse, sequer o objeto do Edital.

Além disso, no início do certame o Pregoeiro, informou sobre a necessidade de a empresa comprovar possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou patrimônio líquido, igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total máximo estimado pela administração. As empresas que não possuíssem este capital, deveriam informar o (s) item (s) de interesse, uma vez que o patrimônio líquido, só poderia ser verificado na habilitação.

Acontece que conforme se manifestou o pregoeiro a empresa **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA** apresentou proposta para todos os itens, porém, possui Capital Social de R\$ 1.020,000,00 e Patrimônio Líquido de R\$ 1.400.464,76, o que inviabiliza sua participação em todos os itens.

Os argumentos da empresa não têm amparo legal, pois levaria vantagem diante dos outros licitantes, o que fere vários princípios que norteiam um processo licitatório.

Importante destacar que a administração pública não pode descumprir as normas e condições do edital, conforme preceitua o artigo 41 da Lei 8.666/93.

Art. 41

“A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

É o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, na qual a administração pública está vinculada, não podendo modificar em benefício de nenhuma empresa insatisfeita com os resultados.



PROCESSO Nº 19183/23
FLS. 33 RUBRICA AR

É de se registrar o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, que fala da vinculação do instrumento convocatório, *in verbis*:

“ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. ”

Além do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é necessário a observância de diversos outros princípios inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como **transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.**

A Municipalidade buscou confeccionar um edital com base no termo de referência, o qual definiu de maneira precisa o que realmente contempla o interesse Público e de conformidade com os ditames legais, buscando a proposta mais vantajosa e evitando a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando o interesse público e não o interesse particular.

Diante do exposto, opino pelo conhecimento do recurso por ser tempestivo, devendo no mérito, ser negado provimento mantendo a **INABILITAÇÃO** da empresa **BEMOBY SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, sendo que o Recorrente deve ter ciência da decisão.

O parecer em questão visa elucidar, informar ou sugerir providências administrativas nos atos da Administração, não sendo



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento Jurídico de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

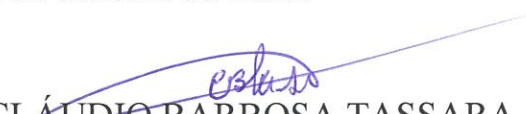
PROCESSO Nº 19183/23
FLS. 34 RUBRICA ad

impositivo, cabendo ao gestor tomar a decisão mais favorável ao seu convencimento. De toda sorte as opiniões expressas no presente, buscam apenas instruir o processo, para que gestor haja seguindo os critérios já mencionados, em conformidade com a Súmula 6ª do Conselho Federal da OAB.

Encaminho o processo ao Pregoeiro para as devidas providências.

Esse é o parecer. SMJ.

Saquarema, 18 de outubro de 2023.


CLÁUDIO BARBOSA TASSARA
Diretor Jurídico de Licitação
Matrícula 960593-2
Portaria 641/2022